

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	20
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	22
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	23
4.5 - Processos sigilosos relevantes	24
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	25
4.7 - Outras contingências relevantes	26
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	27

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	28
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	30
5.3 - Descrição dos controles internos	34
5.4 - Alterações significativas	36
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	37

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	38
6.3 - Breve histórico	39
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	41
6.6 - Outras informações relevantes	42

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	43
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	44
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	45
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	46
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	47
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	48
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	49
7.8 - Políticas socioambientais	50
7.9 - Outras informações relevantes	51

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	52
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	53
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	54
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	55

Índice

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	56
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	57
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	58
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	59
9.2 - Outras informações relevantes	60

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	61
10.2 - Resultado operacional e financeiro	64
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	65
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	66
10.5 - Políticas contábeis críticas	67
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	68
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	69
10.8 - Plano de Negócios	70
10.9 - Outros fatores com influência relevante	71

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	72
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	73

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	74
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	78
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	79
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	80
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	81
12.7/8 - Composição dos comitês	83
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	84

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	85
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	89
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	90
12.13 - Outras informações relevantes	91

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	92
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	95
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	99
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	100
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	101
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	102
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	103
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	104
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	105
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	106
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	107
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	108
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	109
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	110
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	111
13.16 - Outras informações relevantes	112

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	113
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	114

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	115
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	116
14.5 - Outras informações relevantes	117
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	118
15.3 - Distribuição de capital	125
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	126
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	127
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	132
15.7 - Principais operações societárias	135
15.8 - Outras informações relevantes	138
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	139
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	140
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	148
16.4 - Outras informações relevantes	149
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	150
17.2 - Aumentos do capital social	152
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	155
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	156
17.5 - Outras informações relevantes	157
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	158
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	161

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	162
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	163
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	164
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	165
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	166
18.8 - Títulos emitidos no exterior	167
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	168
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	169
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	170
18.12 - Outras informações relevantes	171

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	172
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	173
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	174

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	175
20.2 - Outras informações relevantes	176

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	177
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	178
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	179
21.4 - Outras informações relevantes	180

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

José Luiz Acar Pedro

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos



Declaração do Diretor Presidente

Eu, José Luiz Acar Pedro, na qualidade de Diretor Presidente da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("Companhia"), declaro que:

- a. Revi o presente Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas neste Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 25 de maio de 2016.

José Luiz Acar Pedro
Diretor Presidente





Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Carlos Eduardo Pereira Guimarães, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("Companhia"), declaro que:

- a. Revi o presente Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas neste Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 25 de maio de 2016.

Carlos Eduardo Pereira Guimarães
Diretor de Relações com Investidores



2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	463-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Moore Stephens Lima Lucchesi
CPF/CNPJ	60.525.706/0001-07
Período de prestação de serviço	18/04/2012 a 31/12/2014
Descrição do serviço contratado	Auditoria completa das Demonstrações Financeiras e Revisão Especial das Informações Trimestrais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Trabalhos contratados relacionados à auditoria em 2014: R\$ 70.000,00. Trabalhos contratados relacionados à auditoria em 2013: R\$ 24.000,00. Trabalhos contratados relacionados à auditoria em 2012: R\$ 290.000,00.
Justificativa da substituição	Consolidação da auditoria de todas as empresas do Conglomerado Pan na mesma empresa de auditoria independente
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância por parte do auditor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Carlos Atushi Nakamuta	18/04/2012 a 31/12/2014	011.603.868-38	Av. Paulista, 1.374, 12º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01310-100, Telefone (011) 32645343, Fax (011) 32645275, e-mail: ri@grupopan.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	22/04/2015
Descrição do serviço contratado	Auditoria completa das Demonstrações Financeiras e Revisão Especial das Informações Trimestrais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Trabalhos contratados relacionados à auditoria em 2015: R\$ 21.999,99
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
CARLOS AUGUSTO DA SILVA	22/04/2015	507.225.816-53	Avenida Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Agua Branca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (11) 36742000, Fax (11) 36742060, e-mail: carlos_augusto.silva@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	143.383.000,00	135.514.000,00	35.634.000,00
Ativo Total	153.416.000,00	139.513.000,00	48.601.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	16.025.000,00	625.000,00	134.960.000,00
Resultado Bruto	17.206.000,00	1.914.000,00	185.123.000,00
Resultado Líquido	10.057.000,00	-10.000,00	27.108.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	717	717	51
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	199,976290	189,001395	698,705882
Resultado Básico por Ação	14,026499	-13,947001	531,529412

3.2 - Medições não contábeis

3.2. Medições não contábeis

A Companhia não divulga quaisquer medições não contábeis

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 - Política de destinação de resultados

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, a Companhia adotou as seguintes regras para retenção de lucros, conforme previsto no artigo 34 de seu estatuto social: O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras, a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reserva de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado; e c) o saldo remanescente será alocado, total ou parcialmente à Reserva de Investimentos e Resgate, que tem o escopo anunciado pelo Estatuto Social da Companhia. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do montante em excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.</p> <p>Em relação à retenção de lucros, informamos que a Companhia segue o quanto disposto no artigo 196 da Lei das</p>		

3.4 - Política de destinação dos resultados

	Sociedades por Ações. No entanto, não houve retenção de lucro pela Companhia nos três últimos exercícios sociais.		
Destinação para Reserva Legal	502.855,84	0,00	1.355.405,10
Valores das Retenções de Lucros	7.165.695,66	0,00	19.314.522,74
Total	7.668.551,50	0,00	20.669.927,84
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, a Companhia adotou as seguintes regras para retenção de lucros, conforme previsto no artigo 34 de seu estatuto social: O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras, a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reserva de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado; e c) o saldo remanescente será alocado, total ou parcialmente à Reserva de Investimentos e Resgate, que tem o escopo anunciado pelo Estatuto Social da Companhia. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do montante em excesso na integralização ou no</p>		

3.4 - Política de destinação dos resultados

	aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, a Companhia seguiu os seguintes critérios de periodicidade para distribuição de dividendos: A distribuição é anual, contudo, conforme previsto no artigo 36 do estatuto social, a Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.		
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há.	Não há.	Não há.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	9.554.150.000,00	0,00	27.108.102,09
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,000000	0,000000	23,800000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,070141	0,000000	76,070000
Dividendo distribuído total	2.388.537,50	0,00	6.438.174,25
Lucro líquido retido	7.165.612,50	0,00	19.314.522,74
Data da aprovação da retenção	30/04/2016		30/04/2014

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	1.194.268,75				3.219.087,13	
Preferencial	1.194.268,75				3.219.087,12	
Ordinária			0,00			

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

Conta Contabil	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Lucros retidos	7.165.612,50	Não houve	19.314.522,74
Reserva legal constituída	502.850,00	Não houve	1.355.405,10

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	10.049.000,00	Índice de Endividamento	0,06549481	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		7.558.000,00	0,00	0,00	2.491.000,00	10.049.000,00
Total			7.558.000,00	0,00	0,00	2.491.000,00	10.049.000,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

4.1 - Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:***a. à Companhia*****Interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação e comunicação, a falta de integração e redundância nestes sistemas e as limitações de um único site poderão afetar adversamente as operações da Companhia**

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto dos nossos sistemas de tecnologia da informação e comunicação. Nossa infraestrutura de tecnologia da informação está concentrada na sede da Companhia em São Paulo. Nossos computadores e sistemas de comunicações podem ser danificados ou ter seu funcionamento interrompido por falhas próprias ou por incêndio, enchente, falta de energia, falha no atendimento prestado pelas operadoras de telecomunicações, vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, e por demais fatos ou ocorrências semelhantes. Qualquer um desses eventos pode causar interrupção nos sistemas, atrasos e perda de dados essenciais, vindo a prejudicar as operações da Companhia. Nossos sistemas não são totalmente redundantes e nosso plano de recuperação de desastres pode não ser suficiente para todas as eventualidades. Além disso, a Companhia pode ter cobertura de seguro inadequada ou limites de seguro inadequados para ressarcir-la dos prejuízos decorrentes de uma interrupção de maior efeito. Qualquer um desses eventos pode prejudicar a reputação da Companhia, ser dispendioso e demorado para ser corrigido, e afetar adversamente suas operações e situação financeira.

O valor de nossos títulos e valores mobiliários está sujeito às flutuações de mercado, devido às mudanças nas condições econômicas brasileiras ou internacionais, e, como resultado, podem nos sujeitar a prejuízos relevantes.

Os nossos valores mobiliários podem nos levar a registrar ganhos e perdas - quando vendidos ou ajustados ao valor de mercado (no caso de títulos negociáveis), e com flutuação considerável de um período para o outro, em função das condições econômicas nacionais e internacionais.

A exposição ao risco da dívida do governo brasileiro poderá acarretar efeito adverso sobre os nossos negócios

Caso o governo brasileiro deixe de efetuar os pagamentos devidos aos detentores de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar a dívida pública, tal fato poderá acarretar um efeito adverso na nossa liquidez e em nossos resultados operacionais em razão dos investimentos que possuímos nesses papéis. Adicionalmente, uma redução significativa no valor de mercado dos títulos públicos brasileiros que detemos em nossa carteira implicaria na contabilização de ajuste negativo a valor de mercado, diminuindo o resultado ou o patrimônio líquido, dependendo da categoria de classificação desses papéis.

b. Seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**O conflito ou a falta de consenso entre os controladores indiretos pode afetar negativamente os negócios da Companhia**

O controle indireto da Companhia, em virtude do Acordo de Acionistas celebrado entre Caixapar Participações S.A. ("Caixapar") e Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), é compartilhado pelos referidos acionistas. A ocorrência de conflito ou discordância entre os controladores pode levar a situações de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

impasse, as quais podem afetar negativamente a Companhia. O controle direto integral é do Banco Pan S.A. (Banco Pan”, “Pan” ou “Controlador”).

c. aos acionistas da Companhia

A política de dividendos da Companhia poderá, por vezes, ser alterada, o que poderá ter um efeito adverso relevante em sua posição financeira e nos resultados das operações

A Companhia deverá pagar aos seus acionistas dividendos que representem no mínimo 25% de seu lucro líquido anual depois de efetuadas as deduções previstas. A política de dividendos, inclusive dividendos compulsórios mínimos, poderá ser alterada de tempos em tempos. Não se pode assegurar que os acionistas não decidirão mudar futuramente a política de dividendos da Companhia, e que qualquer aumento nos dividendos não terá um efeito adverso sobre os resultados das operações da Companhia e sua posição financeira.

d. às controladas e coligadas da Companhia

A companhia não possui empresas controladas e coligadas.

e. aos fornecedores da Companhia

Impactos decorrentes de atividades dos fornecedores da Companhia

Eventuais descumprimentos de obrigações, falhas ou interrupções das atividades de tais fornecedores podem afetar negativamente a Companhia.

f. aos clientes da Companhia

A companhia não possui clientes.

g. aos setores da economia nos quais a Companhia atue

Mudanças no ambiente macroeconômico podem afetar negativamente os resultados da Companhia

Alterações no ambiente macroeconômico podem influenciar negativamente os resultados da Companhia.

h. à regulação dos setores em que a Companhia atue

A Companhia não atua em setor regulado.

i. aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia não atua fora do território brasileiro.

j. a questões socioambientais

A Companhia não identifica riscos significativos relacionados a questões socioambientais no desenvolvimento de suas atividades.

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado.

O Conglomerado Pan está exposto aos riscos de mercado intrínsecos à natureza das suas atividades, como por exemplo as oscilações de taxas de juros provenientes de sua atividade como intermediador financeiro, efetuando empréstimos e captando recursos.

Partindo do princípio de boas práticas de governança, o Conglomerado Pan dispõe de um processo constante de acompanhamento de suas exposições realizado pela área de Controle de Risco de Mercado que, para garantir a imparcialidade da análise, é independente das áreas de negócio.

A mensuração do risco de mercado é segregada em carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), conforme os critérios de classificação de operações descritos na Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN, e na Circular nº 3.354, de junho de 2007 do BACEN. A carteira *trading* engloba todas as operações financeiras detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* destas operações, sendo as operações mantidas com intenção de negociação aquelas destinadas à obtenção de lucro a partir de variações de preços. A carteira *banking* abrange as demais operações não classificadas na carteira *trading*, incluindo seus respectivos *hedges*.

Modelos de mensuração de risco

Para mensuração do risco de mercado das Carteiras *trading* e *banking* o Conglomerado Pan faz uso de algumas medidas que se complementam e buscam apresentar uma visão completa das exposições contratadas. Estas são:

- Valor em Risco (“VaR” – *Value at Risk*) paramétrico: corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;
- Perdas em cenários de estresse: são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do banking book, conforme determinado pela Circular BACEN 3.365/07;
- Análise de sensibilidade (DV01): variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- Análise de sensibilidade (gregas): sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- Análise dos descasamentos dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros;
- Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de “hedge” de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

Análise de Sensibilidade

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A seguir, demonstramos o quadro de sensibilidade das posições consolidadas por fator primitivo de risco de mercado dos instrumentos financeiros de responsabilidade da Companhia.

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação	Cenários		
		(1)	(2)	(3)
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de Juros Prefixadas	(2)	(859)	(1.527)
Cupom de índice de preços	Taxas dos cupons de índice de	(20)	(3.273)	(6.088)
Cupom de outras taxas de	Taxas dos cupons de outras	(5)	(1.274)	(2.233)
Total em 31/12/2015		(27)	(5.405)	(9.848)
Total em 31/12/2014		(19)	(2.732)	(5.171)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado no fechamento de 31/12/2015, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e impactos fiscais. Os impactos financeiros mostrados refletem o resultado gerencial das variações dos fatores de risco no valor econômico do portfólio e não acarretam necessariamente desembolsos financeiros ou ajustes a valor de mercado, visto que as exposições banking representam um percentual relevante da carteira.

Os cenários utilizados foram definidos conforme os dispostos na Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008:

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 1% em relação ao vigente no mercado.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 25% em relação ao vigente no mercado.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 50% em relação ao vigente no mercado.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de estresse e, além disso, não consideram as correlações entre os indexadores. Em resumo, são cenários que não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, são considerados como de baixa probabilidade de ocorrência e não levam em conta as ações que possam vir a ser tomadas pela própria Companhia no sentido de reduzir eventuais riscos envolvidos em situações de estresse.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 – Processos não sigilosos relevantes

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia seja parte, nas esferas trabalhista, tributária, cível, dentre outras: (i) que não estejam sob sigilo e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais contra a Companhia.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 – Processos sigilosos relevantes

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 – Processos Repetitivos ou conexos

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos em que a Companhia seja parte.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 – Outras Contingências relevantes

Não existem contingências relevantes a serem mencionadas.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 – Regras país origem/ país custodiante

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

5.1 – Gerenciamento de Riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui política formalizada, entretanto, é realizado o acompanhamento dos riscos financeiros.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Riscos para os quais se busca proteção

Risco de Crédito: É o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.

Risco de Mercado: É o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Conglomerado Prudencial Pan, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos ou ainda, ou necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

Risco de Liquidez: É o risco associado à possibilidade do Conglomerado Prudencial Pan não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: É o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos e que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais.

Risco Legal: É o risco de perdas associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado Prudencial Pan, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelas instituições pertencentes ao Conglomerado Prudencial Pan.

Risco de Compliance: É o risco de se obter sanções dos reguladores em razão do descumprimento parcial ou total da legislação, devido a falhas ou falta de tempestividade no entendimento, ou na execução dos mesmos.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

ii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são operações de *swap* ou de contratos futuros negociados na BM&F. Nossas operações de *hedge* são desenvolvidas para a proteção patrimonial e geralmente estão ligadas às nossas operações de captações externas de recursos ou aos nossos ativos com taxa de juros prefixada. Tais instrumentos de proteção patrimonial são utilizados para minimizar a volatilidade dos ativos do mercado de câmbio e de taxa de juros, variando conforme as circunstâncias do cenário em que a Companhia esteja atuando. As operações de *swap* consistem em instrumentos financeiros que possuem baixo custo e mitigam consideravelmente o risco de mercado relacionado às operações de câmbio e de taxa de juros, além de serem regularmente registradas em instituições competentes.

iii. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Diretoria

- Responsável por seguir as orientações e diretrizes estratégicas definidas para o adequado funcionamento da estrutura de gerenciamento dos riscos e de capital, alinhado com a estratégia da instituição e compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, assim como deliberar sobre os assuntos de gerenciamento de riscos e de capital pertinentes à sua competência e submeter à aprovação do Conselho de Administração quando necessário;
- Aprovar as alçadas definidas e outorgadas aos indivíduos e órgãos colegiados.

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura de gerenciamento de riscos está baseada no conceito das três linhas de defesa, no qual todas as áreas de negócio/suporte são as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas e produtos sob sua responsabilidade; as unidades de Risco de Crédito, Liquidez, Mercado e Riscos Não Financeiros, dentre outras, atuam como a segunda linha de controle, suportando as áreas de negócio/suporte nos aspectos técnicos e metodológicos, ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos; e por fim, a Auditoria Interna que realiza um terceiro nível de controle, por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles vigentes.

5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor.

a. Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia está inserida no Conglomerado PAN, cuja estrutura de Governança engloba Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos e de Capital aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 30/06/2014. Além da Política Corporativa, são vigentes as seguintes Políticas de Área referentes ao Risco de Mercado, com sua respectiva data de aprovação pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital:

- Política de Área de Gerenciamento de Risco de Mercado. Aprovada em 29/10/2014.
- Política de Área de Classificação de Operações e Instrumentos Financeiros. Aprovada em 29/10/2014.
- Política de Área de Hedge Accounting. Aprovada em 24/09/2015.

Todas as Políticas de gerenciamento de riscos são revisadas anualmente.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

i. Riscos para os quais se busca proteção

O Conglomerado está exposto aos seguintes fatores primitivos de risco:

- Taxas de juros: o risco de taxa de juros decorre da precificação de ativos e passivos em momentos distintos, bem como de oscilações inesperadas na inclinação, curvatura e/ou convexidade das estruturas a termo vigentes no mercado e de alterações nas correlações entre as taxas de juros de diferentes.
- Índice de preços: risco de oscilação nas estruturas a termo de cupons de índices de preços, por exemplo, Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) bem como as oscilações próprias dos índices.
- Preço de ações: risco de perda derivada da oscilação da exposição em ações.
- Cupom Cambial: o risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados à moedas estrangeiras. A Companhia administra sua exposição cambial objetivando ajustar os descasamentos entre ativos e passivos com uso de operações de derivativos.

Administramos nossos ativos e passivos por meio de controles eficazes e adequados ao porte operacional da Companhia, para que com isso consigamos evitar e ou reduzir eventual impacto negativo que poderá ser causado por oscilações sobre o resultado de intermediação financeira da Companhia. Todas as exposições ao risco de mercado da Companhia são monitoradas e admitidas até os limites estabelecidos no Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e são revisadas periodicamente.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia gerencia seus riscos de forma conservadora, identificando, avaliando, monitorando e controlando as exposições aos riscos de mercado associados às suas posições próprias. Nossa política para a Tesouraria da Companhia, cujos objetivos são alinhados às normas e atuação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Conglomerado, não prevê aplicações ou uso de derivativos que envolvam risco com *commodities*, por não estarem correlacionadas à nossa atividade fim.

Apesar de possuímos ativos financeiros indexados à moeda estrangeira, como é o caso da Dívida Subordinada da Companhia, o risco cambial é anulado pelas contratações de operações de *swap* (estabelecidas com base na compensação entre o dólar e a taxa dos depósitos interfinanceiros ou índices de inflação). O objetivo das operações de *swap* é assegurar o fluxo de pagamentos de juros e do principal dos títulos emitidos no exterior pela Companhia, eliminando o risco de mercado decorrente da variação cambial.

Utilizamos também contratos de futuros negociados na BM&F para gestão do risco de câmbio e de taxa de juros resultante da gestão de ativos e passivos na carteira estrutural.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são operações de *swap* ou de contratos futuros negociados na BM&F. Nossas operações de *hedge* são desenvolvidas para a proteção patrimonial e geralmente estão ligadas às nossas operações de captações externas de recursos ou aos nossos ativos com taxa de juros prefixada. Tais instrumentos de proteção patrimonial são utilizados para minimizar a volatilidade dos ativos do mercado de câmbio e de taxa de juros, variando conforme as circunstâncias do cenário em que a Companhia esteja atuando. As operações de *swap* consistem em instrumentos financeiros que possuem baixo custo e mitigam consideravelmente o risco de mercado relacionado às operações de câmbio e de taxa de juros, além de serem regularmente registradas em instituições competentes.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia, além de adotar os critérios constantes de orientações do Banco Central para identificação, monitoramento e apreçamento de ativos financeiros, bem como para a quantificação dos riscos que lhes são inerentes, desenvolve continuamente práticas e estudos objetivando gerenciar e mitigar os riscos de mercado.

Para as carteiras *banking* e *trading*, são monitorados diariamente os seguintes indicadores de risco:

- VaR;
- Perda em Cenários Históricos de Estresse;
- Análise de Sensibilidade (DV01);
- Análise de Sensibilidade (gregas);
- Análise dos descasamentos dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros;
- Exposição em moeda estrangeira.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Os limites associados aos indicadores descritos acima, das exposições da carteira *trading*, são mensurados e controlados diariamente.

v. *Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos*

Dentro da proposta de uma instituição financeira, a Companhia possui operações proprietárias de tesouraria, sempre respeitando os limites de exposição ao risco de mercado estabelecido na política oficial de limites.

vi. *Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos*

No Conglomerado Pan existe o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, um fórum constituído por representantes de diversas áreas e que tem a finalidade de acompanhar, analisar e recomendar ao Diretor Presidente ações relacionadas às Políticas de Capital, Risco de Liquidez, Mercado, Crédito e Operacional da Companhia, casamentos de prazos e moedas, limites de perdas e estratégias para mitigação de riscos.

Membros titulares:

- Sr. José Luiz Acar Pedro - Diretor Presidente;
- Sr. Carlos Eduardo Pereira Guimarães;
- Sr. Leandro de Azambuja Micotti;
- Sr. Eduardo Almeida Prado;
- Sr. José Luiz Trevisan Ribeiro.

O processo de monitoramento de risco desenvolvido na Companhia é feito através *softwares* específicos e modelos estatísticos. Há, neste contexto, atuação conjunta da Tesouraria da Companhia, do Risco de Mercado e do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

São executadas as seguintes funções de gestão de risco de mercado:

- Monitorar e controlar a exposição de risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas definidas pelo Comitê de Risco de Mercado;
- Implementar critérios para classificação das operações em carteiras de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*);
- Acompanhar, calcular e analisar o risco de mercado das posições da Companhia;
- Elaborar análises de sensibilidade e testes;
- Simular testes de estresse;
- Avaliar informações para alocação e cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco;
- Emitir relatórios mensais sobre os riscos de mercado para o Comitê de Caixa e membros do Comitê de Risco de Mercado e informar a administração sobre a exposição a eventuais riscos que excedam os limites estabelecidos.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Dada a complexidade de nossas operações, consideramos que a estrutura operacional do risco de mercado atende aos requisitos exigidos pela alta administração do Conglomerado, pelo Bacen e pelo mercado, e tende a evoluir. Entendemos que o processo de controles internos é essencial e está sendo observado por nossa auditoria interna e externa, área de *Compliance* e, mais recentemente, por nosso Comitê Fiscal.

5.3 - Descrição dos controles internos

5.3 – Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as práticas adotadas para corrigi-las

Como principais práticas de controle, inclusive no que se refere à elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia preza pela segregação de funções, definição de papéis e responsabilidades, procedimentos de conferências e conciliações e constante aprimoramento em processos e sistemas de forma a mitigar riscos e aumentar a eficiência da Companhia.

Em adição, no âmbito da governança corporativa da Companhia, para que sejam emitidas, as demonstrações financeiras são:

- (i) Examinadas, com emissão de parecer, pela Auditoria Independente
- (ii) Aprovadas pela Diretoria
- (iii) Aprovadas pelo Conselho de Administração
- (iv) Aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas anualmente

A administração da Companhia considera que os controles internos adotados na elaboração de suas demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a qualidade e confiabilidade das informações financeiras e respectivas divulgações.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de gerenciamento de riscos está baseada no conceito das três linhas de defesa, no qual todas as áreas de negócio/suporte são as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas e produtos sob sua responsabilidade; as unidades de Risco de Crédito, Liquidez, Mercado e Riscos Não Financeiros, dentre outras, atuam como a segunda linha de controle, suportando as áreas de negócio/suporte nos aspectos técnicos e metodológicos, ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos; e por fim, a Auditoria Interna que realiza um terceiro nível de controle, por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles vigentes.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

No âmbito da governança corporativa da Companhia, para que sejam emitidas, as demonstrações financeiras são:

- (i) Examinadas, com emissão de parecer, pela Auditoria Independente
- (ii) Aprovadas pela Diretoria
- (iii) Aprovadas pelo Conselho de Administração
- (iv) Aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas anualmente

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.3 - Descrição dos controles internos

O relatório emitido pelos auditores independentes relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 não contém deficiências significativas que possam ocasionar impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado acima, não foram detectadas deficiências significativas pelo auditor independente em relação aos controles internos da Companhia. As recomendações recebidas estão sendo endereçadas pela administração.

5.4 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais fatores de risco aos quais a Companhia está exposta.

5.5 - Outras Informações Relevantes

Não há informações adicionais relevantes a serem reportadas neste item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/08/1998
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/11/1998

6.3 – Breve Histórico

Em 25 de agosto de 1998 a Companhia foi constituída sob a denominação social de “Opportunity Discovery Participações S.A.”. Paralelamente, no mesmo ano, um grupo de profissionais em conjunto com a companhia Ourinvest Participações S.A., iniciou o desenvolvimento de companhias voltadas para o ramo financeiro imobiliário. Desde então, foi criado um grupo econômico constituído por uma companhia hipotecária, uma companhia de securitização de créditos imobiliários, uma companhia de gestão de investimentos imobiliários e uma promotora de vendas de produtos de crédito imobiliário.

Em 2002, foi constituída a Brazilian Finance & Real Estate Participações S.A. (“BFRE Participações”), que se tornou holding do grupo econômico composto pelas empresas BMSR II Participações S.A., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, Brazilian Securities Companhia de Securitização, Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Banco Pan S.A. (“Pan” ou “Banco”) firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de contratos definitivos para a aquisição de 100% do capital social da BFRE. Em 19 de julho de 2012, foi então concluída a compra indireta pelo Pan de 100% da Companhia e, conseqüentemente, dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (“BMSC”), Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (“BM”) e Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Brazilian Securities”).

Em 18 de setembro de 2013, os acionistas da BFRE, reunidos em AGE, aprovaram a redução de capital por excesso, conforme artigo 173, da Lei 6.404/76. A então acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A., mais tarde denominada Pan Holding S.A. (“Pan Holding”), recebeu a título de restituição do capital, os seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities no valor de R\$ 221.687; (b) participação societária na BMSR II Participações S.A. (“BMSR II”) no valor de R\$ 282.352; e (c) participação societária na BMSC no valor de R\$ 187.875, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31 de agosto de 2013 (“Redução de Capital”).

Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital, mediante aporte da acionista Pan Holding, no valor total de R\$100.000.000,00, por meio da emissão de 666 novas ações, sendo 222 ações ordinárias, 444 ações preferencias, divididas em 300 ações preferenciais classe A e 144 ações preferenciais classe B, a serem subscritas e integralizadas pela própria acionista. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$7.661.784,69 para R\$ 107.661.784,69 no encerramento desse exercício, impactando os índices de endividamento total e parcial, conforme demonstrado no item b., abaixo.

Em 30 de setembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão total da Pan Holding, com versão de parcelas cindidas ao Pan, Brazilian Securities, BMSR II e BMSC. Com isso, a BFRE, que não recebeu versão de parcela cindida da Pan Holding, passou a ser controlada diretamente pelo Banco Pan S.A., que atualmente detém 100,0% de seu capital social¹.

Atualmente, a BFRE é uma holding não financeira cuja gestão do caixa e dos investimentos é feita de forma centralizada pela tesouraria do Pan. A Companhia tem como objeto social a participação em

¹ Alteração societária ainda pendente de homologação pelo BACEN.

6.3 - Breve histórico

outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação como quotista em fundos de investimentos regularmente constituídos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha participação no Fundo de Investimento Imobiliário Premier Realty (100,0%), também consolidada em seus demonstrativos.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Atualmente a Companhia é uma *holding* não-financeira com volume pouco relevante de ativos e não desempenha atividade operacional.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Informações sobre segmentos operacionais

Conforme citado no item acima, a Companhia não desempenha atividade operacional.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia não possui ativos ou desempenha atividade operacional.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

A Companhia não tem, atualmente, um cliente que concentre mais de 10% da receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 - Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

A Brazilian Finance & Real Estate S.A. é uma companhia aberta constituída e em funcionamento de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, possuindo todas as autorizações governamentais para o exercício de suas atividades. Pelo seu registro como companhia aberta e pelos valores mobiliários que emite, a Companhia está sujeita à autorização, regulamentação e fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.

b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

No desenvolvimento de suas atividades, a Companhia não depende, por ora, da concessão de licenças ambientais. Não possuímos certificações pela adoção de padrões internacionais de proteção ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia para o exercício de suas atividades. Contudo, a Companhia utiliza e possui registro de marcas mistas para distinguir seus produtos e suas atividades, bem como domínios de sítios na rede mundial de computadores.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 – Receitas Relevantes no Exterior.

A Companhia não possui atividade operacional e, portanto, não possui receitas advindas de atividades desempenhadas no exterior.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.6 – Efeitos da Regulação Estrangeira

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui receitas provenientes do exterior.

7.8 - Políticas socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

O emissor não divulga informações socioambientais.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não se aplica.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não se aplica.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não se aplica.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 – Outras Informações Relevantes

Não há informações relevantes adicionais a serem reportadas neste item.

8.1 - Negócios extraordinários

8.1 – Aquisição/Alienação de ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante nos 3 últimos exercícios sociais.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.2 – Alterações na condução de negócios

Não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos três exercícios.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3 – Contratos Relevantes

Não houve celebração de contratos não relacionados às atividades operacionais da Companhia.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 – Outras Informações Relevantes

Não há informações relevantes adicionais a serem reportadas neste item.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não há ativo não circulante para o desenvolvimento das atividades que se enquadrem neste item.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui ativos imobilizados relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Brazilian Finance & Real Estate	Registrada até 2018	Ver item 9.2 deste Formulário de Referência.	A Companhia acredita que suas atividades poderão sofrer impacto se houver perda de direito quanto à marca já concedida, impossibilitando-a de utilizá-la.
Marcas	Brazilian Financial Center	Registro em Andamento	Ver item 9.2 deste Formulário de Referência.	A Companhia acredita que suas atividades poderão sofrer impacto se houver indeferimento de pedido de registro.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui participação em outras sociedades.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

a) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Nos termos da Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), conforme alterada, o direito sobre a marca decorre da concessão do registro validamente expedido, que pode ser extinto (i) pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (ii) pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (iii) pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; ou (iv) pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro.

Deve-se ressaltar que os pedidos de registro de marca em análise perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) não garantem a seu titular o direito de uso exclusivo no Brasil e podem, inclusive, ao final do procedimento de exame ser indeferidos pela autoridade competente. Da mesma forma, não garantem que terceiros não possam se opor à utilização da marca, sob alegação de violar seus supostos direitos anteriores.

b) possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

A Companhia acredita que suas atividades poderão sofrer impacto se houver indeferimento de pedido de registro quanto à marca com processo de concessão em andamento ou, ainda, se houver perda de direito quanto à marca já concedida, impossibilitando-a de utilizar tais marcas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 – Comentários dos Diretores

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme mencionado no item 6.3, a partir de 30 de setembro de 2015 a Companhia passou a ser controlada diretamente pelo Banco Pan S.A. (“Pan”), que detém 100% de seu capital total.

Atualmente, a BFRE é uma *holding* não financeira cuja gestão do caixa e dos investimentos é feita de forma centralizada pela tesouraria do Pan. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação como quotista em fundos de investimentos regularmente constituídos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha participação no Fundo de Investimento Imobiliário Premier Realty (100,0%), também consolidada em seus demonstrativos.

b) Estrutura de capital

Após a Redução de Capital ocorrida em 18 de setembro de 2013, a BFRE apresenta um volume pouco relevante de ativos, como demonstrado no quadro abaixo.

R\$ mil	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2015
Capital de Terceiros (Total)	12.967	3.999	10.049
Capital de Terceiros (Empréstimos, Recursos de Aceites e emissão de Títulos e Derivativos)	0	0	0
Patrimônio Líquido	35.634	135.514	143.383
Nível de Endividamento Total (NET)	0,36	0,03	0,07
Nível de Endividamento Parcial (NEP)	0	0	0

NET – Total de Capital de terceiros sobre Patrimônio Líquido.

NEP – Soma de Empréstimos, Recursos de Aceites e emissão de Títulos e Derivativos sobre Patrimônio Líquido.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme mencionado no item 10.1.a. acima, a gestão de caixa e investimentos da BFRE é feita de forma centralizada pela tesouraria do Pan, responsável também pelo controle dos recursos disponíveis para pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

O Pan, por sua vez, tem como política de liquidez a manutenção de um caixa mínimo que garanta o cumprimento de todas as obrigações em um prazo de 90 dias, mesmo em cenários de stress de mercado. Para suportar essa política de liquidez, o Banco conta com o suporte de seus acionistas controladores, BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) e Caixa Participações S.A. (“Caixapar”), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (“Caixa”), com os quais mantém acordos operacionais robustos de longo prazo.

Atualmente, a Companhia não possui compromissos financeiros.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes

Em função da situação atual da BFRE, fontes de financiamento não são necessárias.

e) Fontes de financiamento para capital de giro para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar cobertura de deficiência de liquidez

Em função da situação atual da BFRE, fontes de financiamento não são necessárias.

f) Níveis de endividamento e características de tais dívidas

A BFRE não possui qualquer forma de endividamento bancário.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em função da situação atual da BFRE, limites de financiamento não são necessários.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das Demonstrações do Resultado

Comparação entre o exercício social de 2014 e o exercício social de 2015

Segue abaixo a análise vertical e horizontal para os períodos apresentados:

Em R\$ Mil	2014	AV	2015	AV	AH
Receita Financeira	625	100,0%	16.025	100,0%	-
Receita Financeira	625	100,0%	16.025	100,0%	-
Despesas Gerais e Administrativas	-38	-6,1%	-848	-5,3%	-
Despesas com pessoal	-23	-3,7%	-	-	-
Outras despesas Administrativas	-1.207	-193,1%	-721	-4,5%	-40,3%
Despesas de Impostos	-2	-0,3%	-1.308	-8,2%	-
Depreciação e Amortização	-95	-15,2%	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	1.289	206,2%	1.181	7,4%	-8,4%
Resultado não Operacional	-602	-96,3%	-	-	-
Lucro Bruto	-15	-2,4%	15.177	94,7%	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	5	0,8%	-5.120	-32,0%	-
Lucro Líquido/Prejuízo	-10	-1,6%	10.057	62,8%	-

A BFRE não possui atividade operacional e, portanto, as receitas obtidas durante o exercício de 2014 foram basicamente provenientes das aplicações financeiras efetuadas pela Companhia, porém em volumes menores.

Em 2015, o aumento de capital permitiu ampliar o volume de investimentos, em Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI e CDB, levando a Companhia a apresentar lucro de R\$ 10.057 mil no encerramento de 2015, frente ao resultado negativo de R\$ 10 mil registrado em 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação entre o exercício social de 2013 e o exercício social de 2014

Segue abaixo a análise vertical e horizontal para os períodos apresentados:

Em R\$ Mil	2013	AV	2014	AV	AH
Receita Operacional	169.989	100,00%	-	-	-
Recebíveis Imobiliários	150.769	88,7%	-	-	-
Benefício Residual em Op. Securitizadas	5.143	3,0%	-	-	-
Receita de Prestação de Serviços	14.077	8,3%	-	-	-
Receita / Despesas Financeiras	-2.271	-1,3%	625	-	-
Receita Financeira	109.504	64,4%	625	-	-99,4%
Despesa Financeira	-111.775	-65,8%	-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	-128.418	-75,5%	-640	-	-99,5%
Despesas com pessoal	-54.820	-32,2%	-23	3,6%	-
Outras despesas Administrativas	-60.121	-35,4%	-1.207	188,6%	-98,0%
Despesas de Impostos	-15.170	-8,9%	-2	0,3%	-
Depreciação e Amortização	-1.648	-1,0%	-95	14,8%	-94,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	3.341	2,0%	687	-107,3%	-79,4%
Lucro Bruto	39.300	23,1%	-15	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-12.192	-7,2%	5	-	-
Lucro Líquido/Prejuízo	27.108	15,9%	-10	-	-

Até a redução de capital feita na BFRE em setembro de 2013, a Companhia consolidava as operações da BM, Brazilian Securities e BMSC, e desta forma apresentou um volume e diversidade de receitas e despesas que levaram ao resultado líquido de R\$ 27.108 mil. Em 2014, sua atividade ficou limitada a investimentos financeiros, que levaram a um prejuízo de R\$ 10 mil.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Após a redução de capital ocorrida em 18 de setembro de 2013, as receitas da Companhia decorrem de aplicações financeiras.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Após a redução de capital ocorrida em 18 de setembro de 2013, a Companhia não apresenta linhas operacionais de negócio. Entretanto, a capitalização de R\$ 100 milhões elevou os níveis de receita da Companhia.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Conforme mencionado no item 10.1, a Companhia é atualmente uma *holding* não financeira, sem atividade operacional e, portanto, seus resultados advêm basicamente de aplicações financeiras, cujas receitas variam de acordo com a natureza das aplicações efetuadas pela Companhia. Tais aplicações são realizadas de forma conservadora.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro o emissor:

Conforme mencionado no item 10.1, a Companhia é atualmente uma *holding* não financeira, sem atividade operacional e, portanto, não há impacto relevante da variação dos elementos acima mencionados no resultado operacional e no resultado financeira da Companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Após a Redução de Capital, as receitas da Companhia decorrem de aplicações financeiras.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação acionária.

c. eventos ou operações não usuais

As operações da Companhia foram afetadas por 2 eventos descritos no item 6.3: redução de capital via restituição de participação em empresas operacionais em setembro de 2013, e aumento de capital para aplicações financeiras em dezembro de 2014.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 – Mudanças nas práticas contábeis, ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638, alterada pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, que modificou e introduziu novos dispositivos à Lei 6.404/76. Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Novas normas e interpretações de normas que alteraram as práticas adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), sendo requeridas para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

Dessa forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo IASB, e as Interpretações do Comitê de Interpretações de Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRIC”), bem como com os pronunciamentos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A descrição detalhada das práticas contábeis e critérios de avaliação utilizados pela Companhia para a elaboração das referidas demonstrações financeiras está apresentada em Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015 (Nota 2 – Resumo das Principais Políticas Contábeis e Critérios de Apuração).

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme descrito no item anterior, as alterações em práticas contábeis mais significativas ocorreram ainda em 2010, com o advento da adoção completa das normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM (IFRS). Dessa forma, as informações financeiras divulgadas no período de 2010 a 2015 já foram elaboradas de forma uniforme, não havendo impactos significativos em decorrência de eventuais mudanças em práticas contábeis.

c. eventos ou operações não usuais

De acordo com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi conduzido sob a responsabilidade da Moore Stephens Auditores e Consultores independentes, que, em 9 de fevereiro de 2015, emitiu relatório de auditoria sem ressalvas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

i. Valor justo dos instrumentos financeiros:

O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado como, por exemplo, através da Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas nas notas 2.c. e 2.d. das demonstrações financeiras apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre “definições e classificação dos instrumentos financeiros” e “mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo”.

ii. Constituição de créditos tributários:

De acordo com as informações divulgadas na nota 2.h. das demonstrações financeiras, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 7 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações.

iii. Baixa de ativos financeiros:

De acordo com a informação divulgada na nota 2.e. das demonstrações financeiras, os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o período de competência.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de Negócios

a) investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não existem investimentos em andamento ou investimentos previstos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, uma vez que não há investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisições já divulgadas de qualquer natureza.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não existem novos produtos e serviços sendo desenvolvidos pela Companhia.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 – Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 – Acompanhamento das projeções

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê

A Brazilian Finance & Real Estate S.A. conta atualmente com um Conselho de Administração composto por três conselheiros, uma Diretoria composta por três diretores e um Conselho Fiscal não instalado.

Compete ao Conselho de Administração: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os diretores da Companhia; (iii) atribuir a cada diretor suas respectivas funções, observado o disposto no estatuto social; (iv) deliberar sobre a convocação da assembleia geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; (v) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (vi) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia; (vii) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; (viii) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à assembleia geral; (ix) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução; (x) aprovar a realização de qualquer investimento de valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto investimentos no curso normal dos negócios; (xi) aprovar a realização de venda, aluguel, cessão ou transferência de ativos de valor total superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto quando realizados no curso normal dos negócios; (xii) aprovar a constituição de quaisquer ônus ou garantias sobre ativos de valor que supere, individual ou conjuntamente, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com exceção de operações realizadas no curso normal dos negócios, e aprovar a outorga de fianças ou avais, exceto se tais garantias forem concedidas em benefício de operações de subsidiárias da Companhia; (xiii) deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país ou no exterior; (xiv) apresentar à assembleia geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades; (xv) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º do estatuto social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, bem como a respeito do resgate de ações preferenciais classe A ou classe B; (xvi) outorgar opção de compra ou subscrição de ações ou *units* a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de planos aprovados em assembleia geral; (xvii) submeter à assembleia geral ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (xviii) distribuir

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

entre os conselheiros e diretores, individualmente, parcela da remuneração anual global dos administradores fixada pela assembleia geral; (xix) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real; (xx) deliberar, por delegação da assembleia geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures; (xxi) elaborar a política interna da Companhia relativa à divulgação de informações ao mercado, se exigida; (xxii) solicitar informações sobre os contratos celebrados, ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos relacionados à Companhia; (xxiii) dispor, observadas as normas do estatuto social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; (xxiv) autorizar o levantamento de demonstrações financeiras e a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio em períodos iguais ou menores a 6 (seis) meses, à conta do lucro apurado nessas demonstrações financeiras ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial anual ou semestral, na forma prevista no estatuto social e na legislação aplicável, e *ad referendum* da assembleia geral que aprovar as contas daquele exercício social; (xxv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela diretoria; (xxvi) aprovar a cisão, incorporação, reorganização ou fusão envolvendo subsidiárias da Companhia, bem como a aquisição de outras sociedades, ou o cancelamento de registro de companhia aberta; (xxvii) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às sociedades controladas ou coligadas da Companhia; (xxviii) aprovar qualquer movimento que possa resultar na redução da participação societária detida pela Companhia em suas subsidiárias, exceto subsidiárias de propósito específico; (xxix) aprovar a criação ou a emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações; (xxx) aprovar a contratação de empréstimos ou financiamentos pela Companhia que, na data de sua contratação e imediatamente após essa contratação, resultem em um índice de dívida total consolidada sobre patrimônio líquido consolidado que seja superior a 5:1; (xxxi) aprovar celebração de acordos, transação, renúncia de direitos, cessão ou conciliação em processos contenciosos relevantes envolvendo a Companhia; (xxxii) aprovar celebração de qualquer contrato ou acordo que restrinja a liberdade da Companhia de ingressar em qualquer linha de negócios, ou de competir em qualquer linha de negócios com qualquer pessoa (salvo nos casos de contratos de administração de recursos que contenha exclusividade durante o período de investimento); e (xxxiii) aprovar a contratação ou a alteração de condições das operações ou negócios com partes relacionadas aos diretores, aos acionistas e à Companhia, com exceção de (i) operações já contratadas com partes relacionadas; (ii) prestação de serviços e operações entre a Companhia e suas subsidiárias e entre as suas subsidiárias, observadas as exigências previstas na lei e em regulamentos e (iii) investimentos realizados por

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

partes relacionadas em valores mobiliários ofertados no curso normal dos negócios da Companhia, observando condições de mercado.

Compete à Diretoria: (i) cumprir e fazer cumprir o estatuto social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (ii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (iii) propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia; e (iv) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da assembleia geral ou do Conselho de Administração.

b. data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Não há Conselho Fiscal instalado ou comitês criados.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

Não foram estabelecidos mecanismos formais para avaliação de desempenho de cada órgão.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

- a. caberá ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das assembleias gerais e do Conselho de Administração; (ii) coordenar as atividades dos demais diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste estatuto social; (iii) superintender todas as operações da Companhia, acompanhando seu andamento; (iv) convocar e presidir as reuniões da diretoria; (v) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais participar; (vi) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração, a atribuição de funções a cada diretor no momento de sua respectiva eleição; (vii) indicar o substituto dos demais diretores nos casos de ausência ou impedimento temporário; (viii) indicar o substituto provisório dos demais diretores nos casos de vacância; e (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.
- b. caberá ao Diretor Vice-Presidente: (i) auxiliar o Diretor Presidente no exercício das suas funções; (ii) coordenar e dirigir as atividades atribuídas à Diretoria administrativa financeira da Companhia e à área de planejamento; (iii) coordenar e supervisionar o desempenho e os resultados das áreas de controladoria e finanças de acordo com as metas estabelecidas; (iv) otimizar e gerir as informações e os resultados econômico-financeiros da Companhia; (v)

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- supervisionar o orçamento da Companhia de acordo com os planos e programas estabelecidos; (vi) administrar recursos financeiros, a receita operacional e não operacional; (vii) coordenar a implantação de sistemas financeiros e de informação gerencial; (viii) analisar os registros contábeis das transações em que a Companhia seja parte; (ix) promover estudos e propor alternativas para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia; (x) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (xi) apresentar e submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação; e (xii) exercer outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.
- c. caberá ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (ii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no estatuto social pelos acionistas da Companhia e reportar à assembleia geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; e (iii) exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Sem atualizações.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Frequência das reuniões

O Conselho de Administração se reúne, no mínimo, 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. No exercício social de 2015 foram realizadas 4 (quatro) reuniões, todas ordinárias.

b. Exercício do Direito de Voto, segundo o Acordo de Acionistas

A Companhia está vinculada ao Acordo de Acionistas do Banco Pan S.A., uma vez que se caracteriza como Companhia Investida do referido banco. Tal Acordo de Acionistas contém disposições que estabelecem restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração, conforme descrito no item 15.5 “d” deste Formulário de Referência.

c. Regras de identificação e administração de conflito de interesses:

A Companhia cumpre com o estabelecido pela legislação e regulamentação quanto à identificação e administração de conflitos de interesses, conforme descrito no item 16.3 deste Formulário de Referência.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Carlos Eduardo Pereira Guimarães	18/04/1972	Pertence apenas à Diretoria	02/05/2016	Até a 1ª RCA após a AGO de 2017	1
020.396.747-05	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	02/05/2016	Sim	0.00%
Não há.					
José Luiz Trevisan Ribeiro	10/07/1961	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2015	Até a 1ª RCA após a AGO de 2017	2
462.802.359-04	Economista	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	05/05/2015	Sim	0.00%
Não há.					
Leandro de Azambuja Micotti	23/10/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO de 2017	2
167.898.058-77	Advogado	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	04/05/2015	Sim	100.00%
Não há.					
Alex Sander Moreira Gonçalves	02/04/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	Até a AGO de 2017	1
668.687.186-91	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2016	Sim	0.00%
Não há.					
Jose Luiz Acar Pedro	23/11/1952	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO de 2017	2
607.571.598-34	Administrador de Empresas e Contador	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	04/05/2015	Sim	100.00%
Não há.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Carlos Eduardo Pereira Guimarães - 020.396.747-05

Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, atuou no Grupo BBM entre 1992 a 2011. Entre 1994 a 1996 foi analista financeiro, em 1996 foi nomeado Gerente de Produtos de Varejo (Creditec), cargo no qual permaneceu até 1998. Em 1998 assumiu a gerência comercial responsável pelo Estado de São Paulo e Região Sul e em 2002 tornou-se Diretor Estatutário responsável pela área comercial, cargo ocupado até junho de 2011. Foi eleito para o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia em 02/05/2016. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

José Luiz Trevisan Ribeiro - 462.802.359-04

Formado em Economia pela Faculdade de Plácido e Silva, com pós graduação em Finanças e Administração de Empresas pela FAE Centro Universitário e MBA em Controladoria pela Universidade de São Paulo. Ingressou na Caixa Economica Federal em 1981, onde exerceu diversas posições gerenciais, entre elas as de Superintendente Nacional da área de desenvolvimento e estratégias empresarias e Diretor da área de Riscos. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Leandro de Azambuja Micotti - 167.898.058-77

Formado em Direito pela Universidade Mackenzie, com especialização em Direito Empresarial pela PUC/SP, ingressou no Banco BTG Pactual em 1997, onde ocupou diversas posições gerenciais, sendo a última como responsável pelo Departamento Jurídico no Brasil. Foi eleito Diretor do Banco Pan em 05/04/2011. Atualmente é Diretor do Banco Pan S.A., Diretor da Pan Arrendamento Mercantil S.A., Diretor da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda., Vice-Presidente do Conselho de Administração da Brazilian Finance & Real Estate S.A., e Diretor da Brazilian Securities Companhia de Securitização. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Alex Sander Moreira Gonçalves - 668.687.186-91

Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília – UnB, com pós-graduação em Finanças pela USP-Fipecafi, possui mais de 27 anos no mercado financeiro. Ingressou na BV Financeira C.F.I em 2009, onde permaneceu por 4 anos e exerceu as posições de Superintendente de Negócios e Diretor de Consignação e Canal Próprio. Anteriormente, atuou como executivo de Consignação e Negócios com o Governo e como Diretor Comercial e de Produtos no Banco Bradesco Financiamentos/BMC. Atualmente é Diretor do Banco Pan S.A. e Diretor da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Jose Luiz Acar Pedro - 607.571.598-34

Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas de Santana e em Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu, iniciou sua carreira em 1971 no BCN, sendo eleito Diretor em 1986, Vice-Presidente Executivo em 1996 e Diretor-Presidente em 1999. Em 2003, foi eleito Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco, onde atuou também como membro do Conselho Executivo. Entre as posições que ocupou estão ainda, entre outras, a de Diretor do Banco Alvorada, Diretor Vice-Presidente do Banco BankPar, Diretor do Banco Boa Vista Interatlântico, Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros e Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco BBI, Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco Cartões, Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco Financiamentos, Diretor Vice-Presidente da BEM DTVM, Diretor Vice-Presidente da Bradesco Administradora de Consórcios e Diretor Vice-Presidente do Banco IBI. Atualmente é Diretor Presidente do Banco Pan S.A., Diretor da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda., Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Brazilian Finance & Real Estate S.A., Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Brazilian Securities Companhia de Securitização, Diretor Presidente da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Pan Arrendamento Mercantil S.A.. Não existe nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês instalados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações familiares entre os Administradores da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2015**Administrador do Emissor**

José Luiz Acar Pedro

607.571.598-34

Subordinação

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Banco Pan S.A.

59.285.411/0001-13

Diretor Presidente

Observação**Administrador do Emissor**

Leandro de Azambuja Micotti

167.898.058-77

Subordinação

Controlador Direto

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Banco Pan S.A.

59.285.411/0001-13

Diretor

Observação**Administrador do Emissor**

Alex Sander Moreira Gonçalves

668.687.186-91

Subordinação

Controlador Direto

Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Banco Pan S.A.

59.285.411/0001-13

Diretor

Observação**Administrador do Emissor**

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Carlos Eduardo Pereira Guimarães Diretor de Relações com Investidores	020.396.747-05	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Banco Pan S.A. Diretor de Relações com Investidores	59.285.411/0001-13		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Jose Luiz Trevisan Ribeiro Diretor Vice-Presidente	462.802.359-04	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Banco Pan S.A. Diretor de Controladoria e Compliance	59.285.411/0001-13		
Observação			
<hr/>			
Exercício Social 31/12/2014			
Administrador do Emissor José Luiz Acar Pedro Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	607.571.598-34	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Banco Pan S.A. Diretor Presidente	59.285.411/0001-13		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Jose Luiz Acar Pedro	607.571.598-34	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	07.951.440/0001-73		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Eduardo Nogueira Domeque	260.764.368-67	Subordinação	Controlador Indireto
Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Banco Pan S.A.	59.285.411/0001-13		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Eduardo Nogueira Domeque	260.764.368-67	Subordinação	Controlador Direto
Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	07.951.440/0001-73		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Leandro de Azambuja Micotti	167.898.058-77	Subordinação	Controlador Indireto
Vice Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Pan S.A.	59.285.411/0001-13		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Diretor <u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Leandro de Azambuja Micotti Vice Presidente do Conselho de Administração	167.898.058-77	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Ourinvest Real Estate Holding S.A. Diretor	07.951.440/0001-73		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Paulo Alexandre da Graça Cunha Diretor	109.628.468-56	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u> Banco Pan S.A. Diretor	59.285.411/0001-13		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Jose Luiz Trevisan Ribeiro Diretor Vice-Presidente	462.802.359-04	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u> Banco Pan S.A. Diretor de Controladoria e Compliance	59.285.411/0001-13		
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólice de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não há.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.12 – Informar se o emissor segue algum código de boas práticas de governança corporativa, indicando, em caso afirmativo, o código seguido e as práticas diferenciadas de governança corporativa adotadas em razão do mesmo

A Companhia não segue códigos de boas práticas de Governança Corporativa, mas mantém diligência alinhada com as práticas seguidas pelo seu controlador, Banco Pan S.A..

12.13 - Outras informações relevantes

12.13 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 - Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e o comprometimento dos seus profissionais, por meio da adoção de política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos diretores da Companhia segue padrões de mercado, sendo paga na forma de pró-labore.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria.

b. Composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta por pró-labore mensal.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta exclusivamente por pró-labore.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

O valor da remuneração dos Diretores da Companhia é calculado levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade da Companhia.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

Remunerar os profissionais de acordo com a prática de mercado e o nível de competitividade da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Os indicadores de desempenho para o pagamento de pró-labore têm como embasamento a experiência e a responsabilidade do cargo de cada administrador.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A Companhia busca incentivar seus administradores a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e, conseqüentemente, a gerarem melhores resultados para a Companhia. Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos Diretores da Companhia é calculada levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado, a Companhia busca reter os melhores profissionais na Companhia e estimula a melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não aplicável.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/01/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		1.020.000,00		1.020.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais		
Total da remuneração		1.020.000,00		1.020.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		0,00		0,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		A BFRE é uma empresa do Grupo Pan sem atividade operacional. Por esse motivo, foi decidido pelo não pagamento de remuneração a seus administradores.		
Total da remuneração		0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		4,00		4,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		18.810,00		18.810,00
Benefícios direto e indireto		5.050,00		5.050,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais		
Total da remuneração		23.860,00		23.860,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		4,00		4,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		634.552,09		634.552,09
Benefícios direto e indireto		135.180,00		135.180,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00

Observação		O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais		
Total da remuneração		769.732,09		769.732,09

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 - Remuneração Variável

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.5 – Remuneração baseada em ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.6 - Opções em aberto

Não havia opções em aberto no Conselho de Administração ou na Diretoria Estatutária da Companhia ao final de 2015.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.7 – Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8 – Precificação do valor das ações/opções

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**13.9 – Participações detidas por órgão**

Segue abaixo quadro com o resumo das ações direta ou indiretamente detidas no Brasil pelos membros do conselho da administração e pelos membros da diretoria estatutária da Companhia nas referidas sociedades no encerramento do último exercício social.

	Banco Pan S.A.	BTG Pactual Holding S.A.
Diretoria Estatutária	1 PN	9.525.719 PNB
Conselho de Administração	1 PN	10.240.146 PNB

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 – Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros	3,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,08	1,66
Valor da maior remuneração(Reais)	0,00	18.810,00	225.720,00
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	18.810,00	225.720,00
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	18.810,00	225.720,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2015	A BFRE é uma empresa do Grupo Pan sem atividade operacional. Por esse motivo, foi decidido pelo não pagamento de remuneração a seus administradores no ano de 2015.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração/indenização

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 - Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 – Remuneração (outras funções)

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal relativa a qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 - Remuneração reconhecida pelo controlador/controlada

Não aplicável.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item 13.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 - Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

a. número de empregados com base na localização geográfica

Não há.

b. número de terceirizados

Não há.

c. índice de rotatividade

Não há.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 - Alteração relevantes

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida nos números divulgados no item 14.1.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 - Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor

a. Política de salários e remuneração variável

A remuneração fixa está diretamente relacionada à experiência, qualificação e posição relativa de determinado empregado dentro da organização. Periodicamente participamos de pesquisas salariais com o objetivo de gerenciar nossa posição relativa e nossa capacidade de atração e retenção de profissionais.

Estamos elaborando um Programa Próprio de PLR que deverá ser aplicado para o exercício 2016, cujos valores individuais estarão diretamente relacionado à performance da organização, das áreas e de cada indivíduo.

b. Política de benefícios

A Companhia, além dos benefícios acordados na Convenção Coletiva, concede os seguintes benefícios a seus empregados: vale refeição; vale alimentação; assistência médica; assistência odontológica; seguro de vida; auxílio babá e creche.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 - Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia segue as disposições constantes da Convenção Coletiva e mantém diálogo com os sindicatos a fim de aprimorar o relacionamento da Companhia com seus empregados. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve greves ou paralisações.

14.5 - Outras informações relevantes

14.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas neste item.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Banco Pan S.A.						
59.285.411/0001-13	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/09/2015		
Não						
239	100,000000%	478	100,000000%	717	100,000000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 26/07/2011						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
TOTAL						
239	100,000000%	478	100,000000%	717	100,000000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Pan S.A.				59.285.411/0001-13	
BPSA HOLDCO LLC (RV)					
15.223.048/0001-36	Estados Unidos	Não	Não	22/05/2015	
Não					
0	0,000000	30.095.978	7,638361	30.095.978	3,239468
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
BTG Pactual S.A.					
30.306.294/0001-45	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/08/2014	
Não					
272.865.193	51,000004	102.031.711	25,895656	374.896.904	40,353121
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Caixa Participações S.A.					
10.744.073/0001-41	Brasileira	Sim	Sim	29/08/2014	
Não					
262.164.546	48,999994	112.732.358	28,611481	374.896.904	40,353121
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Pan S.A.				59.285.411/0001-13		
CSHG CLIQUE FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES						
04.566.470/0001-78	Brasileira	Não	Não	28/04/2016		
Não						
0	0,000000	19.757.645	5,014492	19.757.645	2,126672	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
EWZ Investments LLC						
10.765.904/0001-61	Estados Unidos	Não	Não	26/06/2015		
Não						
0	0,000000	49.274.700	12,505923	49.274.700	5,303826	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
8	0,000002	80.118.524	20,334087	80.118.532	8,623792	
TOTAL						
535.029.747	100,000000	394.010.916	100,000000	929.040.663	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual S.A.				30.306.294/0001-45	
BTG Pactual Holding S.A.					
10.923.227/0001-62	Brasileira	Sim	Sim	04/11/2015	
Não					
1.151.304.502	83,157914	845.497.004	64,450859	1.996.801.506	74,056347
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
233.175.270	16,842086	466.350.540	35,549141	699.525.810	25,943653
TOTAL					
1.384.479.772	100,000000	1.311.847.544	100,000000	2.696.327.316	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Caixa Participações S.A.				10.744.073/0001-41	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
2.500.000	100,000000	0	0,000000	2.500.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62	
Andre Santos Esteves					
857.454.487-68	Brasileira-RJ	Não	Não	02/12/2015	
Não					
170.814.560	36,710000	96.071.519	19,980000	266.886.079	28,210000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
BTG Pactual G7 Holding S.A.					
17.252.858/0001-46		Sim	Sim	05/12/2015	
Não					
277.381.491	59,620000	9	0,000000	277.381.500	29,320000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
17.069.600	3,670000	384.663.086	80,020000	401.732.686	42,470000
TOTAL					
465.265.651	100,000000	480.734.614	100,000000	946.000.265	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual G7 Holding S.A.				17.252.858/0001-46	
OUTROS					
4.002.100.900	100,000000	0	0,000000	4.002.100.900	100,000000
TOTAL					
4.002.100.900	100,000000	0	0,000000	4.002.100.900	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2016
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Preferencial Classe B	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 – Organograma do Grupo Econômico



*Reorganização intragrupo pendente de aprovação pelo Banco Central

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a. partes

Acionistas: (i) Banco BTG Pactual S.A. e (ii) Caixa Participações S.A. (“Caixapar”)

Intervenientes Anuentes: (i) Banco Pan S.A. e (ii) Companhias Investidas: Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

O Acordo de Acionista da Companhia se aplica a qualquer sociedade na qual o Banco Pan detenha ou venha a deter, a qualquer tempo, direta ou indiretamente, o controle (“Companhias Investidas”). Dessa forma, atualmente, além dos intervenientes anuentes acima citados, são consideradas Companhias Investidas: (i) Panserv Prestadora de Serviços Ltda.; (ii) Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.; (iii) Brazilian Finance & Real Estate S.A.; (iv) Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária; (v) Brazilian Securities Companhia de Securitização; e (vi) BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

b. data de celebração

Acordo de Acionistas celebrado em 31 de janeiro de 2011. Em 10 de setembro de 2014, foi celebrado o 1º Aditamento, bem como consolidação do Acordo de Acionistas.

c. prazo de vigência

O Acordo de Acionistas vigorará até 01 de fevereiro 2019, renovável automaticamente por 08 (oito) anos, uma única vez, salvo se a Caixapar notificar o BTG Pactual até 31 de janeiro 2018, da sua intenção de não renovar o Acordo de Acionistas. Os direitos e obrigações das partes dispostas no Capítulo II (Eficácia das Disposições e Controle), Capítulo III (Exercício do Direito de Voto), Capítulo IV (Administração do Banco) e no Capítulo VI (Prioridade em Ofertas Públicas) deixarão de vigorar na data em que qualquer um dos Acionistas reduzir a sua participação abaixo de 25% do capital votante do Banco Pan.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Nos termos do Acordo de Acionistas ao qual a Companhia aderiu como Companhia Investida, todo e qualquer Assunto Relevante, conforme definido abaixo, de competência de Assembleia Geral ou de reunião do Conselho de Administração da Companhia será submetido à reunião prévia em que os acionistas do Banco BTG Pactual, de um lado, e a Caixapar, do outro, decidirão acerca da matéria por consenso. Tal reunião prévia obrigatoriamente precederá à referida Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração da Companhia em que o Assunto Relevante for discutido.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

As seguintes matérias de competência das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração da Companhia serão objeto de deliberação dos acionistas em reunião prévia: **(i)** qualquer tipo de reorganização societária envolvendo o Banco Pan ou as Companhias Investidas; **(ii)** alteração do objeto social do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(iii)** alteração da competência dos órgãos sociais previstos no estatuto social do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(iv)** alteração do número de membros do Conselho de Administração do Banco ou das Companhias Investidas; **(v)** qualquer alteração do capital social das Companhia Investidas; **(vi)** qualquer emissão de valores mobiliários representativos de dívida, conversíveis ou não em ações de emissão do Banco Pan e das Companhias Investidas, em valores não previstos no orçamento anual do Banco Pan; **(viii)** resgate, amortização ou aquisição de ações do Banco Pan e das Companhias Investidas para cancelamento ou manutenção em tesouraria; **(ix)** mudanças nas características e direitos das ações emitidas pelo Banco Pan ou pelas Companhias Investidas; **(x)** redução do dividendo obrigatório previsto no estatuto social do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(xi)** distribuição de dividendos em montante que supere o dividendo obrigatório previsto no estatuto social do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(xii)** fixação do prazo para pagamento de dividendos distribuídos pelo Banco Pan ou pelas Companhias Investidas; **(xiii)** requerimento de auto falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução, cessação do estado de liquidação e extinção do Banco Pan ou das Companhias Investidas, bem como eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação; **(xiv)** prática de qualquer ato de liberalidade pela diretoria do Banco Pan ou das Companhias Investidas, fora do curso normal dos negócios do Banco Pan ou das Companhias Investidas e cujo valor individual, ou agregado, considerando o período de 1 ano, supere a quantia R\$100.000,00 (cem mil reais), corrigida pela variação do IGPM – Índice Geral de Preços no Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da presente data. Para fins do Acordo de Acionistas, entender-se-á por “curso normal dos negócios” as atividades regulares do Banco Pan ou das Companhias Investidas compreendidas em seu objeto social e consistentes, cumulativamente, com as práticas passadas ordinariamente adotadas pelo Banco Pan e as práticas usuais adotadas por instituições financeiras do mesmo porte, bem como pelas Companhias Investidas; **(xvi)** aprovação anual das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do Banco Pan ou das Companhias Investidas, incluindo a proposta de destinação do resultado; **(xvii)** prestação de garantias reais pelo Banco Pan, ou pelas Companhias Investidas, no curso normal dos negócios do Banco Pan ou das Companhias Investidas, em valor por operação, superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Banco Pan ou da Companhia Investida, ou prestação de garantias reais fora do curso normal dos negócios, independentemente do valor de tais garantias. Para os fins do aqui disposto, as operações de cessões de crédito e alienação fiduciária de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios que envolverem prestação de garantias reais no curso normal

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

dos negócios não estarão sujeitas à deliberação dos acionistas em reunião prévia; **(xviii)** aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo fixo do Banco Pan ou das Companhias Investidas que representem, por operação, mais de 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(xix)** criação de controladas e agências do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(xx)** quaisquer operações do Banco Pan ou das Companhias Investidas, de um lado, com qualquer acionista, ou partes relacionadas de qualquer acionista ou partes relacionadas de qualquer administrador do Banco Pan ou de qualquer acionista, de outro lado, exceto em relação as operações relacionadas à veiculação de material publicitário e outras referências do Banco Pan e das Companhias Investidas em mídia televisiva, cujo valor individual ou agregado em um conjunto de atos relacionados no período de 1 ano não supere 2% (dois por cento) do patrimônio líquido do Banco Pan ou da Companhia Investida, e quaisquer outras operações desta natureza cujo valor individual, ou agregado em um conjunto de atos relacionados no período de 1 (um) ano não supere R\$2,0 milhões, corrigidos pela variação do Índice Geral de Preços no Mercado ("IGPM"), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da presente data, sem prejuízo do disposto nos itens (xxiii) e (xxiv) abaixo; **(xxi)** aprovação de participações do Banco Pan ou das Companhias Investidas em outras sociedades cujo valor, por operação, seja superior a 3% do patrimônio líquido do Banco Pan ou das Companhias Investidas, conforme o caso; e **(xxii)** eleição e ou substituição dos auditores independentes do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(xxiii)** alteração, aditamento, prorrogação, modificação ou qualquer tipo de entendimento sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário e outros Avenças, firmado em 30 de setembro de 2007, entre a Companhia, de um lado, e a Panamericano Prestadora de Serviços Ltda., do outro lado, bem com a decisão sobre o exercício da Opção de Compra de Ativos prevista na Cláusula 5.1 do referido Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário e outros Avenças, exceto aditamentos para pagamento de comissões, desde que a variação da comissão paga não seja superior a 20% (vinte por cento) da média paga nos 12 (doze) meses imediatamente antecedentes; **(xxiv)** alteração, aditamento, prorrogação, modificação ou qualquer tipo de entendimento sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário e outros Avenças, firmado em 30 de setembro de 2007, entre a Companhia, de um lado, e a Panamericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda., do outro lado, bem como a decisão sobre o exercício da Opção de Compra de Ativos prevista na Cláusula 5.1 do referido Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário e outros Avenças, exceto aditamentos para pagamento de comissões, desde que a variação da comissão paga não seja superior a 20% da média paga nos 12 (doze) meses imediatamente antecedentes; e **(xxv)** aprovação do orçamento anual e o planejamento plurianual estratégico dos negócios do Banco e das Companhias Investidas realizados anualmente para um período subsequente de 5

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(cinco) anos (“Plano de Negócios”).

As deliberações em reunião prévia somente serão tomadas pela unanimidade dos acionistas, observadas as demais cláusulas do Acordo de Acionistas.

Caso os acionistas: **(i)** não decidam definitivamente aprovar ou rejeitar por consenso qualquer assunto submetido à reunião prévia; ou **(ii)** não realizem ou não concluem validamente uma reunião prévia para deliberar por consenso sobre qualquer assunto que requeira uma reunião prévia, os representantes dos acionistas na Assembleia Geral da Companhia, os representantes da Companhia na Assembleia Geral das Companhias Investidas ou os membros do conselho de administração indicados pelas partes retirarão tais matérias da pauta ou, se não for possível suspender a assembleia geral da Companhia ou a reunião do conselho de administração, os acionistas votarão na assembleia geral da Companhia, ou os conselheiros indicados pelos acionistas votarão na respectiva reunião do Conselho de Administração, para rejeitar qualquer decisão ou deliberação acerca da matéria.

A fim de permitir a superação do impasse, representantes graduados dos acionistas deverão se reunir 5 (cinco) dias após a reunião prévia em que tenha surgido o impasse para buscar amigavelmente e de boa fé um consenso com o objetivo de resolver amigavelmente a divergência acerca do impasse. Caso persista o dissenso acerca do impasse, os acionistas acordam em não colocar novamente a matéria em pauta para deliberação em Assembleia Geral da Companhia, bem como comprometem-se a fazer com que os representantes por eles indicados para o Conselho de Administração também não coloquem a matéria referente ao impasse para deliberação no Conselho de Administração. Na hipótese de não atingirem um consenso especificamente com relação à aprovação do Plano de Negócios, prevalecerá o Plano de Negócios vigente até então, sendo que os valores constantes do Plano de Negócios deverão ser corrigidos com base na variação do IPCA/IBGE do período.

Sem prejuízo do disposto em cláusulas específicas do Acordo de Acionistas, ou se quórum maior for exigido pela Lei das Sociedades por Ações, todas as deliberações em Assembleia Geral da Companhia serão tomadas pelo voto da maioria das ações com direito a voto presentes às referidas Assembleias, e, no caso das reuniões do Conselho de Administração, as deliberações serão tomadas pela maioria dos conselheiros presentes à referida reunião. A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações em Assembleia Geral da Companhia.

Os acionistas deverão, obrigatoriamente, comparecer às Assembleias Gerais da Companhia, a fim de que seja assegurado o quórum necessário de instalação das mesmas. O não comparecimento à Assembleia Geral ou às reuniões do Conselho de Administração da

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Companhia, bem como as abstenções de voto de qualquer acionista ou de membro do Conselho de Administração por ele indicado, assegura aos demais acionistas o direito de votar com as ações vinculadas pertencentes ao acionista ausente ou omissa e, no caso de membro do Conselho de Administração da Companhia, pelo administrador eleito ou indicado com o voto do acionista prejudicado, em ambos os casos conforme definido em reunião prévia dos acionistas.

Para fins do art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, cada acionista outorga aos demais acionistas mandato irrevogável e irretirável, nos termos do art. 684 do Código Civil, com validade até a data em que qualquer dos acionistas reduzir a sua participação abaixo de 25% (vinte e cinco por cento) do capital votante na controladora do grupo em que a Companhia está inserida, a saber, o Banco Pan S.A., para o exercício do direito de voto das ações vinculadas, em quaisquer Assembleias Gerais da Companhia com o objetivo exclusivo de dar cumprimento à instrução de voto decorrente da reunião prévia, caso qualquer dos acionistas esteja ausente ou se abstenha de votar ou caso o presidente da Assembleia Geral da Companhia desconsidere o voto lançado em desacordo com o estabelecido em reunião prévia ou em desconformidade com o Acordo de Acionistas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores e membros dos comitês estatutários

Não há cláusulas relativas à indicação de administradores para a Companhia.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Não há cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las para a Companhia.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração

A resposta “d” deste item completa as informações referentes às cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 31 de maio de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Companhia a conversão da totalidade das 5.638.454 (cinco milhões, seiscentas e trinta e oito mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pela então acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A. em 5.638.454 (cinco milhões, seiscentas e trinta e oito mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, bem como a conversão da totalidade das 21.408.230 (vinte e um milhões, quatrocentas e oito mil, duzentas e trinta) ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo acionista TPG-Axon BFRE Holding LLC e a totalidade das 9.786.325 (nove milhões, setecentas e oitenta e seis mil, trezentas e vinte e cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo acionista Coyote Trail LLC, em 21.408.230 (vinte e um milhões, quatrocentas e oito mil, duzentas e trinta) e 9.786.325 (nove milhões, setecentas e oitenta e seis mil, trezentas e vinte e cinco) ações preferenciais de emissão da Companhia, respectivamente, passando o capital social da Companhia a ser representado por 80.411.938 (oitenta milhões, quatrocentas e onze mil, novecentas e trinta e oito) ações ordinárias, detidas pela Ourinvest Real Estate Holding S.A., e 155.972.771 (cento e cinquenta e cinco milhões, novecentas e setenta e duas mil, setecentas e setenta e uma) ações preferenciais, detidas pelas acionistas TPG-Axon BFRE Holding LLC e Coyote Trail LLC.

Na mesma AGE de 31 de maio de 2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, à mesma razão de conversão, qual seja, 256.088 (duzentas e seis mil e oitenta e oito) ações para 1 ação de mesma espécie e classe, de modo que o capital social da Companhia, após o grupamento, passou a ser representado por 314 (trezentas e quatorze) ações ordinárias, detidas pela Ourinvest Real Estate Holding S.A., e 418 (quatrocentas e dezoito) ações preferenciais classe A, detidas pela TPG-Axon BFRE Holding LLC, e 191 (cento e noventa e uma) ações preferenciais classe B, detidas pela Coyote Trail LLC.

Em 16 de julho de 2012, em negociações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a controladora Ourinvest Real Estate Holding S.A. adquiriu as 418 (quatrocentas e dezoito) ações preferenciais classe A, detidas pela TPG-Axon BFRE Holding LLC, e as 191 ações preferenciais classe B, detidas pela Coyote Trail LLC, de emissão da Companhia, que representavam 100% (cem por cento) do total de ações preferenciais e 65,98% (sessenta e cinco vírgula noventa e oito) do total do capital social da Companhia. A aquisição por parte da Ourinvest Real Estate Holding S.A., que já detinha 100% (cem por cento) das ações ordinárias, resultou em nova posição acionária equivalente a 100% (cem por cento) do total de ações emitidas pela Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Na AGE de 24 de agosto de 2012, a Companhia deliberou um aumento de capital no valor de R\$ 39.663.197,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento e noventa e sete reais) mediante emissão de 49 (quarenta e nove) novas ações, sendo 17 (dezessete) novas ações ordinárias, 22 (vinte e duas) novas ações preferenciais classe A, e 10 (dez) ações preferenciais classe B, todas escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista e controladora Ourinvest Real Estate Holding S.A.

Em 18 de janeiro de 2013, a controladora Ourinvest Real Estate Holding S.A. vendeu 1 (uma) ação preferencial para o Banco Pan S.A. com a finalidade de restabelecer a pluralidade de sócios da Companhia, que, a partir de mencionada data, passou a ter dois acionistas.

Em AGE realizada em 18 de setembro de 2013, foi aprovada, por unanimidade, o aumento do capital da Companhia por meio de capitalização do saldo da conta de Reserva de Lucros no valor total de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$ 593.718.217,39 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos) para R\$ 703.718.217,39 (setecentos e três milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos).

Em 18 de setembro de 2013, os acionistas reunidos em AGE, aprovaram a redução de capital por excesso, conforme artigo 173, da Lei 6.404/76. A então acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A., mais tarde denominada Pan Holding S.A. ("Pan Holding"), recebeu a título de restituição do capital, os seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities no valor de R\$ 221.687.231,00 (duzentos e vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais); (b) participação societária na BMSR II Participações S.A. ("BMSR II ") no valor de R\$ 282.352.433,61 (duzentos e oitenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e um centavos); e (c) participação societária na BMSC no valor de R\$ 187.874.915,17 (cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e quinze reais e dezessete centavos), todos avaliados pelo seu valor contábil em 31 de agosto de 2013 ("Redução de Capital"). Assim, foram canceladas 314 (trezentas e quatorze) ações ordinárias, 417 (quatrocentas e dezessete) ações preferenciais classe A e 190 (cento e noventa) ações preferenciais classe B da Companhia de titularidade da Pan Holding. A participação do Banco Pan S.A. não foi alterada.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 7.661.784,69 (sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil e setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 51 (cinquenta e uma) ações, sendo 17 (dezessete) ações ordinárias e 34 (trinta e quatro) ações preferenciais, sendo (i) 23 (vinte e três) ações preferenciais classe A, e (ii) 11 (onze) ações preferenciais classe B, todas sob a forma escritural e sem valor nominal.

Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2014, foi aprovado por unanimidade o aumento do capital social da Companhia, mediante aporte da acionista Pan Holding, no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), por meio da emissão de 666 (seiscentos e sessenta e seis) novas ações, sendo 222 (duzentas e vinte e duas) ações ordinárias, 444 (quatrocentas e quarenta e quatro) ações preferenciais, sendo as últimas divididas em 300 (trezentas) ações preferenciais classe A e 144 (cento e quarenta e quatro) ações preferenciais classe B, subscritas e integralizadas pela própria acionista.

Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 107.661.784,69 (cento e sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil e setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 717 (setecentos e dezessete) ações, sendo 239 (duzentas e trinta e nove) ações ordinárias e 478 (quatrocentas e setenta e oito) ações preferenciais, sendo (i) 323 (trezentas e vinte e três) ações preferenciais classe A, e (ii) 155 (cento e cinquenta e cinco) ações preferenciais classe B, todas sob a forma escritural e sem valor nominal.

Em 30 de setembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão total da Pan Holding, com versão de parcelas cindidas ao Pan, Brazilian Securities, BMSR II e BMSC. Com isso, a BFRE, que não recebeu versão de parcela cindida da Pan Holding, passou a ser controlada diretamente pelo Banco Pan S.A., que atualmente detém 100,0% de seu capital social.

15.7 - Principais operações societárias

15.7 – Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

a. Aumento e redução de capital da Companhia em 18 de setembro de 2013

Principais condições do negócio: (i) O aumento de capital da Companhia R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais); e (ii) a redução de capital da Companhia no valor de R\$ 696.056.432,70 (seiscentos e noventa e seis milhões, cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e setenta centavos), com a restituição do capital à sua acionista majoritária, Ourinvest Real Estate Holding S.A., efetivada sem a transferência de recursos financeiros, mas mediante a entrega dos seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de R\$ 221.687.231,00 (duzentos e vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais); (b) participação societária na BMSRII Participações S.A., no valor de R\$ 282.352.433,61 (duzentos e oitenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e um centavos); e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., no valor de R\$ 187.874.915,17 (cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e quinze reais e dezessete centavos), todos avaliados pelo seu valor contábil em 31.08.2013. Assim, foram canceladas 314 (trezentas e quatorze) ações ordinárias, 417 (quatrocentas e dezessete) ações preferenciais classe A e 190 (cento e noventa) ações preferenciais classe B da Companhia de titularidade da Ourinvest Real Estate Holding S.A. A participação do Banco Pan S.A., único outro acionista da Companhia, não foi alterada.

Sociedades envolvidas: Brazilian Finance & Real Estate S.A., Ourinvest Real Estate Holding S.A., Brazilian Securities Companhia de Securitização, BMSRII Participações S.A. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

Efeitos resultantes da operação: A Companhia não possui mais participação na Brazilian Securities Companhia de Securitização, na BMSRII Participações S.A. e na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

Quadro societário da Companhia antes e depois da operação:

Antes		
Acionista	nº ações	% Partic.
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	331 ON; 439 PNA; 201 PNB	99,8971193%
Banco Pan S.A.	0 ON; 1 PNA; 0 PNB	0,1028807%
Depois		
Acionista	nº ações	% Partic.
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	17 ON; 22 PNA; 11 PNB	98,0392157%
Banco Pan S.A.	0 ON; 1 PNA; 0 PNB	1,9607843%

15.7 - Principais operações societárias

Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: A operação, que diminui a participação da acionista majoritária, teve votação de 100% do capital com direito a voto da Ourinvest Real Estate Holding S.A. Ainda, importa ressaltar que as empresas fazem parte do mesmo Conglomerado e a Ourinvest Real Estate Holding S.A. era controlada pelo Banco Pan S.A., acionista minoritário sem direito a voto, na data da operação.

b. Aumento de capital da Companhia em 30 de dezembro de 2014

Principais condições do negócio: i) O aumento de capital da Companhia realizado mediante aporte da acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A., no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), mediante a emissão de 666 (seiscentas e sessenta e seis) novas ações, sendo 222 (duzentas e vinte e duas) ações ordinárias e 444 (quatrocentas e quarenta e quatro) ações preferenciais, sendo essas últimas divididas em 300 (trezentas) ações preferenciais classe A e 144 (cento e quarenta e quatro) ações preferenciais classe B. O capital da Companhia passou de R\$ 7.661.784,69 (sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 107.661.784,69 (cento e sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos). A participação do Banco Pan S.A., único outro acionista da Companhia, não foi alterada.

Sociedades envolvidas: Brazilian Finance & Real Estate S.A.; Ourinvest Real Estate Holding S.A.

Efeitos resultantes da operação: Não há.

Antes		
Acionista	nº ações	% Partic.
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	17 ON; 22 PNA; 11 PNB	98,0392157%
Banco Pan S.A.	0 ON; 1 PNA; 0 PNB	1,9607843%
Depois		
Acionista	nº ações	% Partic.
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	239 ON; 322 PNA; 155 PNB	99,8605300%
Banco Pan S.A.	0 ON; 1 PNA; 0 PNB	0,1394700%

c. Cisão total da acionista controladora direta Pan Holding S.A. (antiga Ourinvest Real Estate Holding S.A.), com versão das parcelas cindidas para Banco Pan S.A., BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Securities Companhia de Securitização e BMSR II Participações S.A em 30 de setembro de 2015 resultando na mudança de controle direto da Companhia.

Principais condições do negócio: Em Assembleia Geral Extraordinária da Pan Holding S.A. realizada em 30 de setembro de 2015, foi deliberada a cisão total da Pan Holding S.A., com versão das parcelas cindidas para o Banco Pan S.A., BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda, Brazilian Securities Companhia de Securitização e BMSR II Participações S.A., resultando na extinção da Pan Holding e, conseqüentemente, alterando o controlador acionário direto na Companhia, que passou a ser do Banco Pan S.A.

15.7 - Principais operações societárias

Sociedades envolvidas: Banco Pan S.A., Pan Holding S.A., Brazilian Finance & Real Estate, Brazilian Securities Companhia de Securitização, BMSRII Participações S.A. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

Efeitos resultantes da operação: O Banco Pan S.A. passou a ser o controlador direto da Companhia.

Quadro societário da Companhia antes e depois da operação:

Antes		
Acionista	nº ações	% Partic.
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	239 ON; 322 PNA; 155 PNB	99,8605300%
Banco Pan S.A.	0 ON; 1 PNA; 0 PNB	0,1394700%
Depois		
Acionista	nº ações	% Partic.
Banco Pan S.A	239 ON; 323 PNA; 155 PNB	100,00%

Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Não aplicável, uma vez que (i) as empresas acionistas fazem parte do mesmo Conglomerado e (ii) a Ourinvest Real Estate Holding S.A. era controlada pelo Banco Pan S.A., que deliberou pela sua extinção.

15.8 - Outras informações relevantes

15.8 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas de mercado, praticadas nas respectivas datas.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Caixa Econômica Federal	31/12/2014	1.000,00	1.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Depósitos Bancários						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Pan S.A.	31/12/2014	4.000,00	4.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Depósitos Bancários						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Pan S.A.	31/12/2014	55.201.000,00	55.201.000,00	N/A	Aproximadamente 3 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Aplicações em certificados de depósitos bancários, as quais são atualizadas pelo percentual de 100,00% do CDI						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.	31/12/2014	19.000,00	19.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Corresponde a valores a pagar pela prestação de serviços de gerenciamento de ativos, referente a parceria de investimento entre a Companhia e o BC Residential Receivables, calculados 1% a.a. sobre investimento inicial da BFRE em CRIs, no montante de R\$ 10.417 mil com vencimento até agosto de 2015.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Pan S.A.	31/12/2013	3.000,00	3.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Depósitos Bancários						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Pan S.A.	31/12/2013	3.939.000,00	3.939.000,00	N/A	Aproximadamente 4 anos	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários, as quais são atualizadas pelo percentual de 80% a 102,50% do CDI, com vencimento até 08/09/2014.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ourinvest Real estate Holding S.A.	31/12/2013	6.438.000,00	6.438.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Direto						
Objeto contrato	Dividendos a pagar sobre participação acionaria						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ourinvest Real estate Holding S.A.	31/12/2013	1.343.000,00	1.343.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Direto						
Objeto contrato	Valores a Pagar referente a saldo remanescente da redução de capital da Companhia, conforme AGE de 18/09/2013.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.	31/12/2013	23.000,00	23.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Valores a Pagar						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Brazilian Securities Cia de Securitização	31/12/2013	11.000,00	11.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Valores a Receber						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	31/12/2013	8.000,00	8.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Valores a Receber						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	31/12/2013	2.000,00	2.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Valores a Pagar referente a reembolso de despesas administrativas						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ourinvest Real estate Holding S.A.	31/12/2014	1.343.000,00	1.343.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Direto						
Objeto contrato	Valores a Pagar referente a saldo remanescente da redução de capital da Companhia, conforme AGE de 18/09/2013.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Pan S.A.	31/12/2015	26.000,00	26.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador direto						
Objeto contrato	Depósitos Bancários						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Pan S.A.	31/12/2015	49.657.000,00	49.657.000,00	N/A	Aproximadamente 3 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador direto						
Objeto contrato	Referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários, as quais são atualizadas pelo percentual de 100,00% do CDI, com vencimento até 12/12/2018						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Pan S.A.	31/12/2015	2.388.000,00	2.388.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador direto						
Objeto contrato	Dividendos a pagar						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Pan S.A.	31/12/2015	1.343.000,00	1.343.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador direto						
Objeto contrato	Refere-se ao saldo remanescente da redução de capital da Companhia, conforme AGE de 18/09/2013. Em 30/09/2015, ocorreu a cisão total da PAN Holding S.A. (antiga controladora da BFRE), tendo seu patrimônio restante incorporado pelo Banco PAN.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	31/12/2015	1.000,00	1.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Valores a receber de sociedades ligadas						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Brazilian Securities Companhia de Securitização	31/12/2014	5.000,00	5.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Valores a Pagar referente a reembolso de despesas administrativas						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	31/12/2014	7.000,00	7.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Valores a Pagar referente a reembolso de despesas administrativas						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado*****a. medidas tomadas pela Companhia para tratar de conflitos de interesses***

A Companhia tem buscado constantemente melhorar e manter os níveis de governança corporativa, além de buscar adotar as melhores práticas de governança corporativa recomendadas ou exigidas pela legislação aplicável em vigor. Como regra geral, todas as decisões acerca das operações da Companhia são submetidas à administração, conforme as competências definidas no estatuto social, sendo que as operações que envolvam partes relacionadas, são tratadas de forma independente, buscando alcançar condições e resultados análogos aos atingidos em condições de mercado.

Havendo potencial conflito de interesse sobre qualquer matéria submetida à análise de órgão deliberativo da Companhia em relação a algum membro integrante do respectivo órgão deliberativo competente para deliberar sobre a matéria, é observado o disposto na Lei das Sociedades Anônimas, devendo o respectivo membro abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação ou conflito de interesse com a matéria em exame.

b. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas descritas nesta seção, se houver, foram realizadas em função do bom relacionamento comercial e condições favoráveis de prazo e remuneração, sempre tendo como objetivo o desenvolvimento de atividades da Companhia e a observância às condições de mercado.

16.4 - Outras informações relevantes

16.4 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações relevantes as transações com partes relacionadas.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
30/12/2014	107.661.784,69		239	478	717
Tipo de capital	Capital Subscrito				
30/12/2014	107.661.784,69		239	478	717
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/12/2014	107.661.784,69		239	478	717
Tipo de capital	Capital Emitido				
18/09/2013	7.661.784,69		17	34	51
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	23				
Preferencial Classe B	11				
Tipo de capital	Capital Subscrito				
18/09/2013	7.661.784,69		17	34	51
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	23				
Preferencial Classe B	11				

Tipo de capital	Capital Integralizado				
18/09/2013	7.661.784,69		17	34	51
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	23				
Preferencial Classe B	11				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/05/2007	Assembleia	30/05/2007	16.066,50	Subscrição particular	16.067	0	16.067	1.070,80000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag 1º, II								
Forma de integralização		R\$ 16.066,50 mediante contribuição de crédito que a acionista detinha perante a companhia.								
27/06/2007	Assembleia	27/06/2007	200.540.334,75	Subscrição particular	200.540.334	0	200.540.334	1.141.578,00000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170 , Parag. 1º , II								
Forma de integralização		R\$ 200.540.334,75 mediante contribuição pela subscritora à Companhia de parte das ações representativas do capital social da Brazilian Finance & Real Estate Participações S.A.								
28/06/2007	Assembleia	29/06/2007	197.774.704,00	Subscrição particular	197.774.704	0	197.774.704	98,60000000	1,67	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º , II								
Forma de integralização		R\$197.774.704,00 em dinheiro.								
28/04/2008	Assembleia	28/04/2008	10.072.121,77	Subscrição particular	6.047.738	0	6.047.738	2,50000000	1,67	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º , II								
Forma de integralização		R\$10.072.121,77 mediante aproveitamento do crédito que as subscritoras possuíam perante a Companhia.								
30/10/2008	Assembleia	30/10/2008	9.424.987,45	Subscrição particular	5.659.171	0	5.659.171	2,30000000	1,67	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º , II								
Forma de integralização		R\$9.424.987,45 mediante aproveitamento do crédito que as subscritoras possuíam perante a Companhia.								
29/12/2008	Assembleia	29/12/2008	4.420.000,53	Subscrição particular	2.653.960	0	2.653.960	1,10000000	1,67	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º , II								
Forma de integralização		R\$4.420.000,53 mediante aproveitamento do crédito que as subscritoras possuíam perante a Companhia.								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
07/10/2009	Assembleia	07/10/2009	15,47	Subscrição particular	6	7	13	0,00000001	1,19	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º, II								
Forma de integralização		R\$15,47 em dinheiro.								
16/12/2009	Assembleia	16/12/2009	90.000.000,00	Subscrição particular	3.854.917	15.419.668	19.274.585	21,30000000	4,67	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º, II								
Forma de integralização		R\$90.000.000,00 em dinheiro.								
19/04/2010	Assembleia	19/04/2010	12.880.305,35	Subscrição particular	101.414.511	124.813.045	226.227.556	2,50000000	2,70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º, II								
Forma de integralização		R\$12.880.305,35 mediante aproveitamento do crédito que as subscritoras possuíam perante a Companhia.								
07/07/2011	Assembleia	07/07/2011	4.605.767,55	Subscrição particular	0	1.220.606	1.220.606	0,00942072	3,77	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		R\$ 4.605.767,55 em dinheiro.								
07/07/2011	Assembleia	07/07/2011	275.248,58	Subscrição particular	0	75.055	75.055	0,00057928	3,66	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		R\$ 275.248,58 em dinheiro.								
30/03/2012	Assembléia	30/03/2012	17.724.709,62	Subscrição particular	2.414.911	2.971.584	5.386.495	3,34000000	3,29	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, § 1º, II								
Forma de integralização		R\$ 17.724.709,62 mediante aproveitamento do crédito que as subscritas possuíam perante a Companhia.								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
09/04/2012	Assembleia	09/04/2012	4.331.271,97	Subscrição particular	0	1.145.552	1.145.552	0,75288041	3,78	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		R\$ 4.331.271,97 em dinheiro.								
09/04/2012	Assembleia	09/04/2012	3.916.318,56	Subscrição particular	0	1.145.552	1.145.552	0,75288041	3,41	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		R\$ 3.916.318,56 em dinheiro.								
24/08/2012	Assembléia	24/08/2012	39.663.197,00	Subscrição particular	17	32	49	0,71587109	809.453,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, § 1º, II								
Forma de integralização		R\$ 39.663.197,00 em dinheiro								
18/09/2013	Assembleia Geral Extraordinaria	18/09/2013	110.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/12/2014	Assembleia	30/12/2014	100.000.000,00	Subscrição particular	222	444	666	1.305,20000000	150.150,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, paragra 1º, II								
Forma de integralização		Em dinheiro								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
31/05/2012	105.968.039	130.416.670	236.384.709	314	609	923
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
				PNA	418	
				PNB	191	

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
19/07/2012	19/07/2012	1.928.332,15	0	0	0	0,34683200	0,00
Forma de restituição		Não houve restituição.					
Razão para redução		Artigo 229 da Lei das Sociedades Anônimas					
18/09/2013	18/09/2013	696.056.432,70	314	607	921	99,90000000	0,00

Capital social por classe espécie ações

Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)
PNA	417
PNB	190

Forma de restituição A restituição do capital à sua acionista, Ourinvest Real Estate Holding S.A. ("Ourinvest"), ocorreu mediante a entrega dos seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de R\$ 221.687.231,00; (b) participação societária na BMSR II Participações S.A., no valor de R\$ 282.352.433,61; e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., no valor de R\$ 187.874.915,17, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31.08.2013.

Razão para redução Artigo 173 - Capital excessivo.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	O pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente havendo aprovação da Assembleia Geral poderão ser alterados os direitos assegurados às diferentes espécies de ação.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe A, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente havendo aprovação da Assembleia Geral poderão ser alterados os direitos assegurados às diferentes espécies de ação.

18.1 - Direitos das ações

Outras características relevantes	Serão resgatáveis, a critério da adm da Cia, a qualquer tempo, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, por 100% do seu valor patrimonial conf. apurado na última demonstração financeira anual auditada disponível, caso o resgate ocorra até 31/12/2012, ou 102% do seu valor patrimonial conforme apurado na última demonstração financeira anual auditada disponível, caso o resgate ocorra a partir de 01/01/2013, em qualquer caso ajustado na hipótese de qualquer modificação no número de ações emitidas e em circulação entre a data de tais demonstrações financeiras e a data da aprovação do resgate, sendo desnecessária a realização de assembléia especial convocada para deliberar essa matéria específica e sua aprovação; e conversíveis em ações preferenciais classe C, a pedido dos titulares que forem detentores de ações de emissão da Cia, e como tal registrados nos livros próprios, na data de 31/05/2012, nos termos, prazo, condições e na hipótese prevista no Estatuto Social da BFRE
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe B, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente havendo aprovação da Assembleia Geral poderão ser alterados os direitos assegurados às diferentes espécies de ação.
Outras características relevantes	Serão resgatáveis, a critério da adm da Cia, a qualquer tempo, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, por 100% do seu valor patrimonial conf. apurado na última DF anual auditada disponível, caso o resgate ocorra até 31/12/2012, ou 102,5% do seu valor patrimonial conforme apurado na última demonstração financeira anual auditada disponível, caso o resgate ocorra a partir de 01/01/2013, em qualquer caso ajustado na hipótese de qualquer modificação no número de ações emitidas e em circulação entre a data de tais demonstrações financeiras e a data da aprovação do resgate, sendo desnecessária a realização de assembléia especial convocada para deliberar essa matéria específica e sua aprovação; e conversíveis em ações preferenciais classe C, a pedido dos titulares que forem detentores de ações de emissão da Cia, e como tal registrados nos livros próprios, na data de 31/05/2012, nos termos, prazo, condições e na hipótese prevista no Estatuto Social da BFRE.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe C
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não

18.1 - Direitos das ações

Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente havendo aprovação da Assembleia Geral poderão ser alterados os direitos assegurados às diferentes espécies de ação.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há limitação de direito de voto de acionistas significativos ou obrigação de realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3 – Suspensão de direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto da Companhia.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 107.661.784,69 (cento e sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 717 ações, sendo 239 ações ordinárias e 478 ações preferenciais, sendo (i) 323 ações preferenciais classe A, e (ii) 155 ações preferenciais classe B, todas sob a forma escritural e sem valor nominal. Não houve negociação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia durante o exercício de 2015.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem outros valores mobiliários emitidos pela Companhia.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Os valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação na BM&FBovespa.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 – Negociação em mercados estrangeiros

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.9 – Ofertas públicas de distribuição

A Companhia não efetuou oferta pública de distribuição nos três últimos exercícios sociais.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.10 – Destinação de recursos de ofertas públicas

A Companhia não efetuou oferta pública de distribuição nos três últimos exercícios sociais.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.11 – Ofertas públicas de aquisição

A Companhia não efetuou oferta pública de aquisição nos três últimos exercícios sociais.

18.12 - Outras informações relevantes

18.12 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve plano de recompra aprovado nos últimos três exercícios sociais.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 – Outras informações relevantes

Não há informações relevantes adicionais a serem divulgadas neste item.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há negociação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 – Outras informações relevantes

Não há informações adicionais a serem divulgadas neste item.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 – Normas, regimentos ou procedimentos relativos à política de divulgação de informações

A Companhia não possui política de divulgação de informações.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 – Descrição da política de divulgação de informações

A Companhia não possui política de divulgação de informações.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 – Responsáveis pela política de divulgação de informações

A Companhia não possui política de divulgação de informações.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 – Outras informações relevantes

Não há informações adicionais a serem divulgadas neste item.